

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Bolsonaro cola no partido

Disposto a se manter influente na política e buscar apoios para tentar derrubar a sua inelegibilidade, o ex-presidente Jair Bolsonaro afinou a viola com o PL. No jantar em homenagem ao novo senador, Beto Martins (SC), esta semana, teria chegado a comentar muito reservadamente que tem esperança de se tornar elegível.

Desgaste geral

A possibilidade de Lula ficar com o relógio de luxo que recebeu no período em que estava na Presidência dá novos holofotes ao caso de Bolsonaro. O ex-presidente já devolveu alguns itens, e a oposição tentará constranger Lula para que faça o mesmo, ainda que tenha passe livre para ficar com o que recebeu nos primeiros mandatos. Ou seja, ambos, Lula e Bolsonaro, sofrem desgaste nesse tema. Alguns no PT consideram que o melhor é devolver logo tudo e incorporar ao patrimônio da União.

A largada eleitoral do PT e a Venezuela

A forma como a deputada Maria do Rosário (PT-RS) foi pressionada em relação à eleição da Venezuela acendeu um alerta vermelho entre os petistas. O partido, conforme avaliam alguns, terá que formular uma resposta mais elaborada do que aquela dada por Maria do Rosário no debate, ou seja, não comentar o assunto, justificando que estava focada na cidade.

Vai respingar em todos

Embora esse tema não esteja diretamente relacionado às eleições municipais, está claro que, assim como no caso de Rosário, outros candidatos do PT ou apoiados pelo partido, por exemplo, Guilherme Boulos, em São Paulo, serão confrontados com os dois pesos e duas medidas quando o quesito democracia for abordado. Aliás, as eleições serão uma vitrine para colocar o PT contra a parede nesse tema.

A reação da Câmara sobre as emendas Pix

Os líderes nunca estiveram tão irritados com o que consideram a “união de forças” do Executivo e do Judiciário para constranger a ação dos parlamentares em relação ao Orçamento. A resposta da Câmara virá na hora de analisar o Orçamento de 2025, a ser enviado ao Congresso no final deste mês. Projetos de interesse exclusivo do Poder Executivo estão sob risco, e tudo relacionado ao Orçamento do ano que vem foi suspenso. Para completar, não está descartada a ideia de tornar tudo o que estiver no Orçamento de liberação obrigatória, de forma a colocar todos os Poderes com a responsabilidade de cumprir o que for aprovado e de liberação dos recursos, ideia defendida pelo deputado Danilo Forte (União Brasil-CE). “Essa suspensão não tem sentido. E o que o ministro Flávio Dino pede já está na lei”, frisou.

» » »

Artigo 83/ O deputado se refere ao parágrafo 5, do artigo 83 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em que está escrito que para fins de controle da aplicação de recursos, repassados por transferências especiais (ou seja emendas Pix), “poderão ser realizados acordos de cooperação entre o Tribunal de Contas da União (TCU) e os respectivos TCE e TCM”. “É só aplicar a lei. Se me convidarem, vou lá no STF explicar”, disse Danilo, o menos irritado com a decisão de Dino.



CURTIDAS

Jornais são eternos/ Durante julgamento de embargos sobre a responsabilidade de veículos de imprensa por declarações dos entrevistados, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, reclamou do fato de jornais impressos não estarem mais chegando à sede da Corte. O ministro ressaltou que a imprensa profissional é relevante para trazer fatos com responsabilidade e atuar de maneira democrática, ao contrário de páginas de redes sociais que, muitas vezes, são usadas para disseminar discurso de ódio.

Por falar em julgamento.../ Um resumo em forma de artigo feito pelo advogado e ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral Carlos Mário Velloso Filho está no Blog da Denise, no site do **Correio Braziliense**.

Luiz Silveira/Agência CNU



Momento para guardar/ O presidente Luís Roberto Barroso deu autógrafos para os alunos da Escola Classe JK Sol Nascente (foto). Após a abertura da XVIII Jornada Lei Maria da Penha, os alunos abordaram o ministro e pediram autógrafa em seus cadernos. Ao **Correio**, Nicole, 8 anos, disse que realizou um sonho: “Desde que eu tinha 5 anos, eu ficava assistindo aos jornais. E sempre dizia para minha mãe que ia conhecer um ministro, e eu conheci”.

Com Fernanda Strickland e Renato Souza

SEGURANÇA PÚBLICA

Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski diz que presidente Lula quer ouvir a opinião da sociedade, dos governadores e dos chefes dos demais Poderes a respeito da proposta que pretende reformular a estrutura e a organização da área no país

Discussão ampliada sobre a PEC

» INGRID SOARES
» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu ampliar o debate sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança. Segundo o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, o chefe do Executivo quer ouvir a opinião da sociedade, dos

governadores e dos demais Poderes em “uma discussão democrática”.

A declaração ocorreu após a primeira reunião oficial do petista com ministros e ex-governadores para debater oficialmente o tema. “Todos os presentes deram as suas opiniões, sempre muito abalizadas. O presidente ouviu todo mundo e decidiu ampliar o debate”, afirmou, em

coletiva no Palácio do Planalto. Ainda não há data para o encontro, que, segundo o ministro, deve ocorrer “em breve”, antes de se formalizar a proposta e enviá-la ao Congresso.

O titular da Justiça quer incluir o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) na Constituição, a exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS). “Estamos entendendo que, à semelhança

do SUS, esse sistema tem que constar da Constituição. O SUS é um sistema paradigmático, procura-se copiar no mundo todo, pela sua eficiência, e entendemos que a segurança pública merece, assim como a saúde e também a educação, ter um status constitucional”, argumentou.

Pela proposta, o governo federal terá a competência de criar diretrizes comuns para todas as

forças de segurança, estaduais e municipais. O mesmo vale para o sistema prisional. Lewandowski também já defendeu que a Polícia Rodoviária Federal (PRF) passe a atuar como polícia ostensiva, e quer aumentar a competência da Polícia Federal no combate ao crime organizado.

De acordo com o ministro, o conteúdo levado a Lula é o básico, e os custos estão sendo estudados

pela área técnica. “É uma questão complexa. O capítulo relativo à segurança pública não sofreu nenhuma modificação desde 1988. De lá pra cá, o espaço de uma geração, o crime organizado avançou muito. Hoje não é mais um crime local, é um crime interestadual, até internacional. Não é só o Brasil que luta com o crime organizado, é o mundo todo com esse problema”, concluiu.

» Entrevista | MARIVALDO PEREIRA | SECRETÁRIO DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

“O SUS é a inspiração que a gente tem”

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

O secretário nacional de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira, afirmou que, com a PEC a ser apresentada ao Congresso, o governo tem a expectativa de tornar as forças de segurança pública tão padronizadas e integradas quanto o Sistema Único de Saúde. “O SUS é uma grande inspiração de modelo para a segurança pública, por ser reconhecido mundialmente pela possibilidade de universalização da saúde”, disse, em entrevista aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Denise Rothenburg, no programa **CB.Poder**, parceria entre o **Correio** e a TV Brasília.

O que podemos esperar dessa reunião sobre a PEC?

A expectativa do ministro Lewandowski é de um diálogo muito produtivo para que possa avançar no debate de segurança pública. O Ministério da Justiça está muito focado em buscar uma integração maior das forças de segurança para que possamos padronizar a maneira como enfrentamos o crime organizado. É importante avançar com a legislação para

ter uma troca maior de informações, de tecnologias de inteligência, além da padronização de protocolos de atuação da polícia. Quando falamos em uniformizar a informação, estamos dizendo sobre a definição de uma estratégia no combate ao crime. O Ministério da Justiça já avançou bastante nesse quesito com a criação do Sistema Nacional de Informações e Estatísticas de Segurança Pública (Sinesp), que forma uma

Reprodução/TV Brasília



base nacional compartilhada e permite a atuação da segurança pública em vários estados.

A PRF será ampliada? Como serão as atribuições dessa “nova polícia”?

O debate sobre a PRF é muito importante porque o governo Lula conseguiu mudar completamente a forma de atuação da polícia rodoviária. A PRF deixou de ser reconhecida como uma polícia que tinha uma série de incidentes, violações de direitos, para passar a ser uma polícia cidadã. Hoje, é

muito conhecida pela atuação e o apoio aos povos indígenas, às áreas de proteção ambiental, entre outras atuações que mudaram o formato da gestão passada. A atuação da PRF com a PF e as polícias estaduais que fizeram surgir esse debate sobre o melhor aproveitamento da PRF. Mas é um debate muito amplo, que os ministros terão que resolver.

O modelo do SUS poderá ser usado na integração das seguranças públicas?

O SUS é a grande inspiração

que a gente tem, por ser reconhecido mundialmente pela possibilidade de universalização da saúde. Na Constituição, está prevista também a criação de um sistema único de segurança pública. Isso pode nos dar muita força para que a união das forças de segurança pública tenha um papel mais claro, no sentido de induzir políticas públicas uniformes e assegurar uma integração maior entre os estados para enfrentar o crime organizado. Ainda não temos datas certas de quando a PEC chegará ao Congresso, tudo depende das próximas reuniões com os ministros, mas esperamos que seja um debate levado a sério pelos governos.

Qual é a expectativa da receptividade da PEC no Congresso?

Não tenho recebido nenhum de que essa PEC consiga entrar na pauta do Congresso. Com diálogo e embasamento científico, acho que é, sim, possível que essa matéria avance tanto na Câmara quanto no Senado. Mas precisamos insistir muito no diálogo, porque, estando em um regime democrático, quem está

aberto a debater e expor seus argumentos consegue avançar.

Como está o tema, no ministério, sobre as câmeras corporais nos policiais?

Está avançando em várias frentes no âmbito do governo federal. O uso das câmeras corporais é muito importante para diminuição da letalidade policial, mas também é uma maneira de garantir a segurança dos policiais. O ministério editou uma portaria que estabelece um protocolo padrão para o uso, em que está prevista que toda atividade ostensiva e de prevenção à violência deve ser gravada. Assim, no momento em que o policial sai do batalhão até o momento em que ele retorna, a câmera precisa estar gravando. É muito importante para o monitoramento e para a própria segurança do profissional. O ministério também está trabalhando com o uso de inteligência artificial para facilitar o reconhecimento e o aproveitamento das imagens das câmeras corporais.

*Estagiária sob supervisão de Cida Barbosa